

O Sílvia Santos do DF

CORREIO BRASILIENSE

Paulo Pestana

A cultura brasiliense levou um susto semana passada: descobriu-se pelo **Correio Brasiliense** que o fundo de Apoio a Arte e Cultura (Faac) não tem qualquer critério prático para distribuir verbas. Os beneficiados podem ser obscuros e insignificantes festivais de música ou até bailes (todas dançam, afinal). Pode ser ainda um cantor brega, um antigo grupo de rock, todo tipo de projeto esdrúxulo e escuso. Há casos mais acintosos, que agridem qualquer ser vivo capaz de raciocinar, como o baile e a absurda justificativa para a liberação do dinheiro para um cantor brega — “levar músicas românticas para o povo brasileiro”, como se ele já não estivesse atulhado delas, bastando ligar o rádio para ouvir, o que não diminuiu em nada o índice de criminalidade da cidade.

Mas nem só de romance vive o Faac. O grupo Sepultura, cujo repertório incluiu uma briga na Justiça para disputar o nome com o Sepultura mineiro, que faz um imenso sucesso nas lições de metal, protestou contra a reportagem do **Correio Brasiliense**. Os integrantes insistiram em defender o Faac e o dinheiro ganho para gravar mais um disco, mesmo que os critérios de avaliação (o que não é um problema do Sepultura, óbvio) sejam tão subjetivos. Ademais, seria recomendável que antes de qualquer coisa o grupo brasiliense resolvesse logo sua pendência judicial com os mineiros, então o dinheiro vira pó.

Essa arte de jogar dinheiro fora exercida pelo Faac acontece exatamente porque Brasília não tem uma política cultural definida. Por que não canalizar os poucos recursos para medidas que o podem esperar? Certamente o Sepultura poderia demorar um pouquinho mais a gravar seu disco (não será instrumental como consta do pedido de libera-

ção de verba) e o baile poderia arrumar outros fundos de dinheiro para ser realizado, sem prejuízo de ouvintes e dançarinos. A cultura brasiliense não pode se comportar como um Sílvia Santos jogando aviõezinhos de dinheiro pelo ar e gritando “Quem quer dinheiro?” Há muito a ser feito, mas antes é preciso definir uma política, nem que seja para os próximos três ou quatro meses.

Fax — O presidente do Conselho de Cultura, Divino Gomes Dias, não gostou de ver revelado nas páginas deste jornal que o clima de discussão do novo regimento não foi tão cordial quanto o que rege os trabalhos na casa dos Lordes, em Londres. Diz ele, em fax, que tudo ocorreu “em clima democrático, amistoso e tranquilo”. Curioso. Pelo menos dois conselheiros garantem que a baixaria começou solta e um deles chegou a dizer: “É duro acordar cedo para ser xingado pelos representantes da comunidade, que perderam a votação”. A discussão é um problema interno, que o próprio Conselho tem que resolver, assim como deveria também discutir um plano de emergência para a cultura desta cidade.

Orquestra - Vivendo e aprendendo, diz o velho adágio: A Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional acaba de ganhar um maestro-assistente, Marden Maluf. A comunicação foi feita semana passada pelo presidente da Comissão da Orquestra, César Vieira, aos chefes de naipes, que sequer foram consultados. Cabem duas perguntas: assistente de quem? Se a orquestra não tem titular a quem Maluf vai assistir? A Orquestra Sinfônica estaria inovando em nível mundial ao insistir em não ter um regente titular — todas as grandes orquestras do mundo têm —, mas agora parece haver uma ousadia maior: o substituto de ninguém. Esta semana a orquestra volta a se apresentar, mais uma vez com um maestro convidado e ninguém se coça. Perde-se público a cada apresentação (são cada vez mais raros espectadores do Corpo Diplomático, que antes iam em peso), e tudo fica como antes, um processo doloroso de destruição da Orquestra.

Perguntando quem quer dinheiro e jogando aviãozinho, ninguém vai resolver os problemas da Cultura